

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Direito da Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia

Ano/Semestre: 2017/I

Carga horária: 45 horas/aula

Créditos: 3 créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112153

Professores: Liz Beatriz Sass, André Weyermuller e Fernanda Borghetti

EMENTA

Estudo da proteção jurídica às criações intelectuais. Análise da importância cultural, social e econômica do sistema de proteção à propriedade intelectual através dos seus dois grandes ramos: direito autoral e propriedade industrial. Direito do autor e direitos conexos. Marcas e Patentes: modalidades, registro, duração, licenças e violações. Concorrência desleal. Abuso do poder econômico. Formas de proteção de tecnologias não sujeitas a patentes: know how e trade secret, conhecimentos tradicionais, topografia de circuitos integrados e cultivares. Transferência de Tecnologia. Examinar a transferência de tecnologia como modalidade contratual de exercício da atividade empresarial, possibilitando a disseminação da informação tecnológica e do conhecimento entre empresas no ambiente jurídico interno e externo e capacitando o acadêmico a compreender e operacionalizar tal mecanismo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Objetivos da disciplina, método e bibliografia. Propriedade Intelectual: conceito, fundamentos, perspectiva crítica. Importância econômica e cultural da Propriedade Intelectual no âmbito da sociedade informacional e da economia da cultura.
2. Tensões contemporâneas da Propriedade Intelectual: da sociedade informacional aos bens comuns colaborativos
3. Direito de Autor. Conceito. Objeto. Prerrogativas. Limitações. *Fair use*. Domínio Público. Licenças Públicas: *Creative Commons*. Violações. Sanções cíveis e criminais. Direitos Conexos.
4. Gestão coletiva de Direitos Autorais. ECAD. Questões controvertidas. Direito Autoral no ambiente digital: execução pública ou distribuição?

5. O Direito Autoral, os novos modelos de negócios e os novos intermediários na sociedade informacional.
6. Programas de computador (software). Conceito. Objeto. Prerrogativas. Limitações. Duração. Domínio Público. Violações. Sanções cíveis e criminais. Topografia de Circuitos Integrados. Questões controvertidas.
7. Direito da propriedade industrial. Diferença entre direito de autor e propriedade industrial. Descoberta e invenção. Das Patentes. Modalidades. Registro. Duração. Licenças. Violações. Questões controvertidas.
8. Das Marcas. Modalidades. Registro. Duração. Licenças. Violações. Do conflito entre marcas e nomes de domínios.
9. Concorrência desleal, Abuso do poder econômico e os DPIs: um estudo do caso ANFAPE.
10. Formas de proteção de tecnologias não-patenteáveis: *know how* e *trade secret*.
11. Conhecimentos Tradicionais. Biopirataria. Cultivares. Questões controvertidas.
12. Inovação e estratégias para o Desenvolvimento. Transferência de Tecnologia. *Environmental Technologies*.
13. Aspectos relevantes sobre Propriedade Intelectual em matéria contratual: direito autoral e propriedade industrial.
14. Oficina de Contratos na área de Propriedade Intelectual.

AValiação

- Seminário vinculado ao tema do Conteúdo Programático (20%)
- Relatório de texto a ser debatido em aula (10%)
- Participação e entrega de atividade na Oficina de Contratos (10%)
- Artigo envolvendo tema abordado ao longo da disciplina (60%).

METODOLOGIA

1. Nas aulas especificadas no cronograma um(a) mestrando(a) será responsável pela apresentação do tema proposto, utilizando-se a **Metodologia de Seminário**.
2. A preparação do tema deverá observar, além da bibliografia sugerida, outras fontes de pesquisa, a fim de possibilitar o suficiente aprofundamento do tema, bem como, quando possível, um estudo da jurisprudência.

3. A **organização do Seminário deverá levar em consideração**: o tema, a delimitação do tema, o problema, os objetivos, o plano de desenvolvimento do assunto e a bibliografia consultada.

OBS: os itens especificados deverão ser apresentados no início da aula e desenvolvidos ao longo do seminário.

4. Os demais mestrandos deverão ler, no mínimo, o(s) texto(s) indicado(s) previamente pelo professor para cada tema, os quais estão assinalados com (*) na bibliografia proposta no cronograma.

5. Os mestrandos(as) deverão, ao longo do semestre, apresentar em aula um **relatório de texto** a ser debatido em aula, conforme cronograma a ser fixado no início do semestre.

5. Os alunos deverão, ao final do semestre, participar da atividade de **Oficina de redação de contratos** na área de propriedade intelectual, cujo resultado final deverá ser entregue para fins de avaliação.

6. Para complementação da avaliação, cada mestrando desenvolverá, sob forma de **artigo científico**, estudo aprofundado sobre um dos temas discutidos ao longo da disciplina, o qual deverá ter entre 15 e 20 páginas e seguir as normas da ABNT.

7. Para fins de avaliação serão considerados, ainda: assiduidade, pontualidade, qualidade da apresentação do seminário, qualidade do relatório de leitura a ser apresentado, participação nos seminários dos colegas e qualidade das respostas aos questionamentos proporcionados pelo debate em sala de aula.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASCENSÃO, José de Oliveira. **Direito autoral**. 2. ed. refun. e ampl. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

BROWN, Abbe E. L. **Environmental technologies, intellectual property and climate change**: accessing, obtaining and protecting. USA: Edward Elgar Publishing, 2013.

CARBONI, Guilherme. **Direito autoral e autoria colaborativa**: na economia da informação em rede. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

CORREA, CARLOS. **Propriedade intelectual e saúde pública**. Tradução de Fabíola Wüst Zibetti. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007.

FRANCISCO, Pedro Augusto Pereira; VALENTE, Mariana Giorgetti. (Org.) **Da rádio ao streaming**: ECAD, direito autoral e música no Brasil. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2016.

LESSIG, Lawrence. **Cultura livre**: como a grande mídia usa a tecnologia e a lei para barrar a criação cultural e controlar a criatividade. Tradução de Fábio Emilio Costa. [S.l.]: Quilombo Digital, 2007. Disponível em:

<http://softwarelivre.org/articles/0018/5102/Lawrence_Lessig_-_Cultura_Livre.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2017.

RIFKIN, Jeremy. **Sociedade com custo marginal zero**: a internet das coisas, os bens comuns colaborativos e o eclipse do capitalismo. Tradução de Mônica Rosemberg. São Paulo: M. Books do Brasil, 2016.

SÁDABA, Igor et al. **La tragédia del copyright**: bien común, propiedad intelectual y crisis de la industria cultural. Barcelona: Virus Editorial, 2013.

SANTOS, Manoel J. Pereira dos (Coord.). **Direito de autor e direitos fundamentais**. São Paulo: Saraiva, 2011.

SANTOS, Manoel Joaquim Pereira dos. **Propriedade intelectual**: criações industriais, segredos de negócio e concorrência desleal. São Paulo: Saraiva, 2007. (Série GVlaw).

SANTOS, Manoel Joaquim Pereira dos; JABUR, Wilson Pinheiro (Coord.). **Contratos de propriedade industrial e novas tecnologias**. São Paulo: Saraiva, 2007. (Série GVlaw).

WACHOWICZ, Marcos (Coord.). **Direito autoral & economia criativa**. Curitiba: GEDAI/UFPR, 2015.

WACHOWICZ, Marcos (Coord.). **Direito autoral e marco civil da internet**. Curitiba: GEDAI/UFPR, 2015.

WACHOWICZ, Marcos (Coord.). **Estudos de propriedade intelectual**. Curitiba: GEDAI/UFPR, 2015.

WACHOWICZ, Marcos; COSTA, José Augusto Fontoura. **Plágio acadêmico**. Curitiba: GEDAI/UFPR, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBOSA, Denis Borges. **Contratos de propriedade intelectual**. São Paulo: Gato Sabido, 2010.

BARBOSA, Pedro Marcos Nunes. **Direito civil da propriedade intelectual**: o caso da usucapião de patentes. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

BOYLE, James. **The public domain**: enclosing the commons of the mind. USA: Caravan Book, 2008.

CARBONI, Guilherme. **Função social do direito de autor**. Curitiba: Juruá, 2008.

CASTRO, Oona; MIZUKAMI, Pedro (Org.). **Brasil pirata, Brasil original**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2013.

DEL NERO, Patrícia Aurélia (Coord.). **Propriedade intelectual e transferência de tecnologia**. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

EUROPEAN JOURNAL OF LAW AND TECHNOLOGY. [S.l.: s.n.], 2010-. Disponível em: <<http://ejlt.org/index>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

FREITAS, Paulo Felipe Carneiro de. Intersecções entre direitos de propriedade industrial, direito antitruste e do consumidor: o caso das autopeças. In: LOPEZ, Teresa Ancona; LEMOS, Patrícia Faga Iglecias; RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz (Coord.). **Sociedade de risco e direito privado: desafios normativos, consumeristas e ambientais**. São Paulo: Atlas, 2013. p. 429-451.

HELFRICH, Silke (Comp.). **Genes, bytes y emisiones: bienes comunes y ciudadanía**. México: Fundación Heinrich Böll, 2008.

INTERNATIONAL REVIEW OF INTELLECTUAL PROPERTY AND COMPETITION LAW. [S.l.]: Springer, 2004-. Disponível em: <<http://link.springer.com/journal/40319>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

LARTIGUE, Luciana. Bienes comunes vs. propiedad intelectual en la sociedad de la información. In: ACERO, Camilo Andrés Calderón et al. **Bienes comunes, espacio, conocimiento y propiedad intelectual**. Buenos Aires: Clasco, 2014. p. 159-202. (Colección Becas de Investigación).

MOREIRA, Eliane Cristina Pinto; PORRO, Noemi Miyasaka; SILVA, Liana Amin Lima da. **A “nova” lei nº. 13.123/2015 no velho marco legal da biodiversidade: entre retrocessos e violações de direitos socioambientais**. São Paulo: Instituto O direito por um Planeta Verde, 2017.

PRETTO, Nelson de Luca; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Além das redes de colaboração: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder**. Bahia: Ed. UFBA, 2008. Disponível em: <<http://static.scielo.org/scielobooks/22qtc/pdf/pretto-9788523208899.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

RAFFO, Julio. **Derecho autorral: hacia un nuevo paradigma**. Buenos Aires: Marcial Pons Argentina, 2011.

REIS, Patrícia Carvalho dos et al. Programa das patentes verdes no brasil: aliança verde entre o desenvolvimento tecnológico, crescimento econômico e a degradação ambiental?. In: CONGRESSO LATINO-IBERO-AMERICANO DE GESTÃO DE TECNOLOGIA (ALTEC), 15., 2013, Porto. **Anais...** Porto: INESC TEC, 2013. Disponível em: <http://www.altec2013.org/programme_pdf/1518.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2015.

REVIEW OF INTELLECTUAL PROPERTY LAW. [S.l.: s.n.], 2001-. Disponível em: <<http://ripl.jmls.edu/>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

REVISTA DA ABPI. São Paulo: ABPI, 1992-. Bimestral. ISSN 1980-2846. Disponível em: <<http://www.abpi.org.br/biblioteca1.asp?ativo=True&linguagem=Portugu%EA&secao=Biblioteca&subsecao=Revista%20da%20ABPI>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

REVISTA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL, DIREITO CONTEMPORÂNEO E CONSTITUIÇÃO. Aracaju: PIDCC, 2012-. Disponível em: <<http://www.pidcc.com.br/br/>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

REVISTA ELETRÔNICA DO IBPI. São Paulo: IBPI, 2009-. Disponível em: <<http://www.ibpibrasil.org/>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

SANTOS, Manoel J. Pereira dos (Coord.). **Direito de autor e direitos fundamentais**. São Paulo: Saraiva, 2011.

SILVEIRA, Sergio Amadeu da. Entre software e genes: a resistência ao paradigma do conhecimento patentado. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 575-584, 2014. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/753/516>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

Links de sites para consulta:

ARTICLE 19. Disponível em: <<https://www.article19.org/>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

EUROPEAN PATENT OFFICE. Disponível em: <<https://www.epo.org/index.html>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

GRUPO de estudos de direito autoral e industrial. Curitiba, [2017?]. Disponível em: <<http://www.gedai.com.br/>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL (INPI). Disponível em: <<http://www.inpi.gov.br/>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

UNITED STATES PATENT AND TRADEMARK OFFICE (USPTO). Disponível em: <<http://www.uspto.gov/>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

UNIVERSITY OF ALICANTE INTELLECTUAL PROPERTY & INFORMATION TECHNOLOGY (UAIPIT). Disponível em: <<http://www.uaipit.com/es/>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION (WIPO). Disponível em: <<http://www.wipo.int/portal/en/index.html>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

WORLD TRADE ORGANIZATION (WTO/TRIPS). Disponível em: <https://www.wto.org/english/tratop_e/trips_e/trips_e.htm>. Acesso em: 15 ago. 2017.

Filmografia

A REDE social. Direção de David Fincher. Intérpretes: Jesse Eisenberg; Andrew Garfield; Justin Timberlake. [Brasil]: Sony Pictures Home Entertainment, c2011. 1 DVD (120 min.).

FREENET. Direção de Thomas Miguez. [S.l.: s.n.], 2016. Disponível em: <<https://www.freenetfilm.org.br/>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

GOOD copy bad copy: a documentary about the current state of copyright and culture. Direção de Andreas Johnsen, Ralf Christensen e Henrik Moltke. Dinamarca: Rosforth See more, 2007.

O JARDINEIRO fiel = the constant gardener. São Paulo: DVD Vídeo, 2006. 1 DVD (128 min).

PIRATAS da informática - piratas do Vale do Silício = pirates of Silicon Valley. São Paulo: DVD Vídeo, c2005. 1 DVD (96 min.)

TPB AFK: the pirate bay away from keyboard. Direção de Simon Klose. Produção de Martin Persson. [Suécia]: Nonami, 2013. 1 vídeo (82 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eTOKXCEwo_8>. Acesso em: 15 ago. 2017.

WALT before Mickey. Direção de Khoa Le. EUA: Conglomerate media: Kvibe production, 2014. 1 vídeo (120 min).

IDENTIFICAÇÃO**Programa de Pós-Graduação:** Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios**Disciplina:** Gestão Jurídica e de Contencioso para o Advogado Internacional**Ano/Semestre:** 2017/1**Carga horária:** 15 horas/aula**Créditos:** 1 crédito**Área temática:** Direito**Código da disciplina:** 112163**Professor:** Dr. Éderson Garin Porto**EMENTA**

A formação multidisciplinar e internacional do ponto de vista administrativo, legal e estratégico necessário para o advogado exercer a liderança na gestão jurídica e de contencioso no âmbito de empresas e escritórios com atuação no mercado internacional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

| Data | Tema | Texto base |
|-------------|---------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 29/04 | Apresentação da disciplina. Discussão sobre a temática e avaliação. | PRADO, Roberta Nioac (Coord.). Direito, gestão e prática: empresas familiares : governança corporativa, governança familiar, governança jurídica. São Paulo: Saraiva: FGV, 2011.. |
| 06/05 | Gestão de departamento jurídico de empresa (in house counsel) | LEITE, Leonardo Barém. Gestão estratégica do departamento jurídico moderno. Curitiba: Juruá. 2010. |
| 13/05 | O novo CPC e a advocacia empresarial | CARMONA, Carlos Alberto ; AMENDOEIRA JUNIOR, Sidnei (Coord.). Direito, gestão e prática: estratégias processuais na advocacia empresarial. São Paulo: Saraiva: Direito GV, 2011. |
| 20/05 | Estruturação de departamentos jurídicos | BORANGA, Anna Luiza ; SALOMÃO, Simone Viana (Coord.). Direito, gestão e prática: administração legal para advogados. São Paulo: Saraiva: FGV, 2010. |
| 08/07 | O mercado da advocacia gaúcha: cenários e planejamentos | CARMIGNANI, Amanda; GIACOMELLI, Silvia. Too many |

| | | |
|--|--|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | | lawyers? Litigation in italian civil courts [S.l: s.n.], 2009. Disponível em: < http://ssrn.com/abstract=1431986 >. Acesso em: 20 nov. 2009. |
|--|--|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

AVALIAÇÃO

No desenvolvimento da atividade acadêmica, poderão ser utilizadas as seguintes metodologias: aulas dialogadas e expositivas; seminários; estudo e discussão de casos; provas orais e/ou escritas; leitura, fichamento e análise de textos; produção textual; trabalhos coletivos e individuais; exibição e discussão de obras artístico-culturais.

As notas conferidas na atividade observarão a seguinte composição: 1. participação qualificada nos encontros, com apresentação oral de leituras prévias efetivadas e entrega ao final do respectivo fichamento das leituras ao professor (30% da nota final); 2. entrega do trabalho final (70% da nota final).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRAGUETTA, Adriana. **A importância da sede na arbitragem**: visão a partir do Brasil. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

CARMONA, Carlos Alberto. **Arbitragem e processo**: comentários a Lei nº 9307/96. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

COIMBRA, Marcelo de; MANZI, Vanessa A. **Manual de compliance**: preservando a boa governança e integridade das organizações. São Paulo: Atlas, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABRAHAM, Marcus. **Manual de auditoria jurídica**: legal due diligence: uma visão multidisciplinar no direito empresarial brasileiro. Rio de Janeiro: Quartier Latin. 2007.

BALAS, Aron et al. **The divergence of legal procedures**. Cambridge: National Bureau of Economic research, 2008. (Working Paper, 13809). Disponível em:
<<http://www.nber.org/papers/w13809.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

BANCO MUNDIAL. **Fazendo com que a justiça conte**: medindo e aprimorando o desempenho do judiciário no Brasil. Brasília, DF: Banco Mundial, 2004. (Relatório n. 32789-BR). Disponível em:
<<http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/3817166-1185895645304/4044168-1186404259243/29Justica.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

CARMIGNANI, Amanda; GIACOMELLI, Silvia. **Too many lawyers?** Litigation in italian civil courts. [S.l.: s.n.], 2009. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=1431986>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

CLEMENZ, Gerhard; GUGLER, Klaus. Macroeconomic development and civil litigation. **European Journal of Law and Economics**, [S.l.], v. 9, n. 3, p. 215-230, May 2000. Disponível em: <<http://www.springerlink.com/content/x7580gq57303408r/#ContactOfAuthor2>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

COOTER, Robert D.; RUBINFELD, Daniel L. Economic analysis of legal disputes and their resolution. **Journal of Economic Literature**, Pittsburgh, v. 27, n. 3, p. 1067-1097, 1989. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2726775>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

CORTINA, Adela (Org.). **Construir confiança: ética da empresa na sociedade da informação e das comunicações**. Tradução de Alda da Anunciação Machado. São Paulo: Loyola, 2008.

DA SILVEIRA, Alexandre Di Miceli. **Governança corporativa no Brasil e no mundo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

FERRAZ, Daniel Amin. **Joint ventures e contratos internacionais**. São Paulo: Mandamentos, 2001.

KOBAIASHI, Bruce H.; PARKER, Jeffrey S. Civil procedure: general economic analysis. In: BOUCKAERT, Boudewijn; DE GEEST, Gerrit. (Ed.) **Encyclopedia of law and economics**. Cheltenham: Edward Elgar, 2000. v. 1, p. 65-117. Disponível em: <<http://encyclo.findlaw.com/7000book.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

KRITZER, Herbert M. Lawyers fees and lawyer behavior on litigation: what does the empirical literature really say? **Texas Law Review**, Austin, v. 80, p. 1943-1983, 2002.

LEITE, Leonardo Barém. **Gestão estratégica do departamento jurídico moderno**. Curitiba: Juruá, 2010.

MACEDÔNIA, Alexandre. **Planejamento e gestão para escritórios de advocacia**. São Paulo: Magister, 2011

NALINI, José Renato. **Ética geral e profissional**. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

PATRICIO, Miguel Carlos Teixeira. **Análise econômica da litigância**. Lisboa: Almedina, 2005.

SILVA, Paulo Eduardo Alves da. **Gerenciamento de processos judiciais**. São Paulo: Saraiva, 2010.

TIMM, Luciano Benetti. **Direito e economia no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2012.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Gerenciamento de Risco Empresarial

Ano/Semestre: 2017/1

Carga horária: 15 horas/aula

Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito

Código da Disciplina: 112158

Professor: André Rafael Weyermüller

EMENTA

Sociedade e Risco. Sistemas sociais e gerenciamento de risco. Análise, avaliação e gestão dos riscos. Risco ambiental. Governança dos Riscos. Regulação de Riscos (risk-based regulation). O papel dos tribunais na Regulação dos riscos. Sistema Constitucional para gerenciamento dos riscos ambientais. Modelos para gerenciamento de riscos. Instrumentos para gerenciamento de riscos. Princípios orientadores para a gestão jurídica de riscos ambientais. Elementos para a gestão jurisdicional do risco: probabilidade e magnitude. Riscos catastróficos. Direito e desastres.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Contexto jurídico do risco;
- Sociedade de Risco e Sistemas sociais;
- Princípios orientadores para a gestão jurídica de perigos e riscos ambientais: Prevenção e precaução;
- Análise, avaliação e gestão dos riscos de atividades perigosas: Consequências jurídicas;
- Risco ambiental: Sistema Constitucional para gerenciamento dos riscos ambientais;
- Governança dos Riscos;
- Regulação de Riscos ambientais e do consumidor para o empreendedor;
- O papel dos Tribunais na Regulação dos riscos;
- Modelos para gerenciamento de riscos;
- Instrumentos para gerenciamento de riscos;
- Adaptação;

- Elementos para a gestão jurisdicional do risco: probabilidade e magnitude;
- Empresas de criatividade e tecnologia e o risco;
- Oportunidades no risco e avaliação sistêmica.

AVALIAÇÃO

A avaliação consistirá em dois instrumentos:

- 1) Entrega de quatro fichas de leitura de livre escolha entre todos os textos disponibilizados, representando 4 pontos da média final.
- 2) Entrega de artigo de 15 páginas utilizando as fontes estudadas na disciplina como fundamentação teórica e contendo também a aplicabilidade processual em um ou mais julgados eleito(s) como paradigma para a descrição de caso levado a julgamento. O artigo representará 6 pontos na média final.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

DAMODARAN, Aswath. **Gestão estratégica do risco**: uma referência para a tomada de riscos empresariais. Tradução de Félix Nonnenmacher. Porto Alegre: Bookman, 2009.

DUARTE, Márcia de Freitas; SILVA, André Luis. A experimentação do risco na carreira criativa. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, [S.l.], v. 12, n. 2, p. 156-172, 2013. Disponível em:
<<http://www.periodicosibepes.org.br/ojs/index.php/recadm/article/view/1517/709>>. Acesso em: 18 out. 2016.

FISHER, Elizabeth. **Risk**: regulation and administrative constitutionalism. Oxford: Hart Publishing, 2007.

HOHENDORFF, Raquel von; ENGELMANN, Wilson. **Nanotecnologias aplicadas aos agroquímicos no Brasil**: a gestão dos riscos a partir do diálogo entre as fontes do Direito. Curitiba: Juruá, 2014.

LUHMANN, Niklas. **Risk**: a sociological theory. New Jersey: Aldine Transaction, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ADAMS, John. **Risco**. Tradução de Lenita Rimoli Esteves. São Paulo: SENAC, 2009.

CARVALHO, Délton Winter de. **Dano ambiental futuro**: a responsabilização civil pelo risco ambiental. 2. ed. rev., atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

FACHIN, Luiz Edson. Da felicidade paradoxal à sociedade de riscos: reflexões sobre risco e hiperconsumo. In: _____ **Sociedade de risco e direito privado**: desafios normativos,

consumeristas e ambientais. São Paulo: Atlas, 2013. p. 380-393.

JASANOFF, Sheila. **Science at the bar: law, science, and technology in america**. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

LEITE, José Rubens Morato; CAETANO, Matheus Almeida. A responsabilidade civil por danos ambientais na sociedade de risco: um direito reflexivo frente às gerações de problemas ambientais. In: _____ **Sociedade de risco e direito privado: desafios normativos, consumeristas e ambientais**. São Paulo: Atlas, 2013. p. 273-296.

LUHMANN, Niklas. **Introdução à teoria dos sistemas**. Tradução de Ana Cristina Torres Nafarrate. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MILARÉ, Édís. **Direito do ambiente**. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

PADOVEZE, Clóvis Luís; BERTOLUCCI, Ricardo Galinari. **Gerenciamento do risco corporativo em controladoria**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SÁNCHEZ, Helena Nadal. De lo público a lo común en los modelos de propiedad intelectual: La garantía de un nuevo sistema civil. In: _____ **O impacto das novas tecnologias nos direitos fundamentais**. Joaçaba: Ed. UNOESC, 2015. p. 203-229.

STEELE, Jenny. **Risks and legal theory**. Oxford: Hart Publishing, 2004.

THOMAS, Janet M.; CALLAN, Scott J. **Economia ambiental: fundamentos, políticas e aplicações**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

VERCHICK, Robert R. M. **Facing catastrophe: environmental action for a post- katrina world**. Cambridge: Harvard University Press, 2010.

WEYERMÜLLER, André Rafael. **Água e adaptação ambiental: o pagamento pelo seu uso como instrumento econômico e jurídico de proteção**. Curitiba: Juruá, 2014.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Fusões e Aquisições, Insolvência e Recuperação Empresarial

Ano/Semestre: 2017/1

Carga horária total: 60 horas/aula

Créditos: 4

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112165

Professores: Fabiano Koff Coulon, Juliano Puchalski, Laís Lucas.

EMENTA

Análise dos aspectos jurídicos envolvidos nos procedimentos de fusões e aquisições de empresas, visando a desenvolver capacidades para atuação no enfrentamento das diversas questões envolvidas nesses processos de reorganização societária. Serão trabalhados os diferentes momentos da alienação de participação societária, desde as primeiras aproximações das partes, informações, avaliação de empresas, auditoria, reestruturação societária, negociação, assim como os respectivos contratos. Estudar os institutos da falência e da recuperação judicial e extrajudicial empresarial tanto no âmbito nacional quanto internacional e os seus efeitos na gestão empresarial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Due diligence: tributário, trabalhista
- Due diligence: societário, cível
- Investimentos
- Documentos societários, tipos de contratos
- M&a no direito americano
- Responsabilidade administradores
- Startups
- Joint venture, fusão, incorporação, cisão e aquisição
- Aspectos econômicos
- Direito comparado

- Recuperação extrajudicial
- Delitos falimentares
- Administração da falência
- Procedimento/efeitos da sentença
- Bens jurídicos tutelados
- Temas especiais de direito falimentar

AVALIAÇÃO

No desenvolvimento da atividade acadêmica, poderão ser utilizadas as seguintes metodologias: aulas dialogadas e expositivas; seminários; estudo e discussão de casos; provas orais e/ou escritas; leitura, fichamento e análise de textos; produção textual; trabalhos coletivos e individuais; exibição e discussão de obras artístico-culturais.

As notas conferidas na atividade observarão a seguinte composição: 1. participação qualificada nos encontros, com apresentação oral de leituras prévias efetivadas e entrega ao final do respectivo fichamento das leituras ao professor (30% da nota final); 2. entrega do trabalho final (70% da nota final).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BEZERRA FILHO, Manoel Justino. **Lei de recuperação de empresas e falências**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

BOTREL, Sérgio. **Fusões e aquisições**. São Paulo: Saraiva, 2013.

CAMPINHO, Sérgio. **Falência e recuperação de empresa: o novo regime da insolvência empresarial**. 6. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2012.

MAMEDE, Gladston. **Falência e recuperação de empresas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ROCHA, Dinir; QUATTRINI, Larissa. **Fusões, aquisições e organizações societárias e due diligence**. São Paulo: Saraiva, 2012.

WARDE JÚNIOR, Walfrido Jorge. **Fusão, cisão, incorporação e temas correlatos**. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANAN JÚNIOR, Pedro. **Fusão, cisão e incorporação de sociedades: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

AYOUB, Luiz Roberto; CAVALLI, Cássio. **A construção jurisprudencial da recuperação judicial de empresas**. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

BARROS, Betania Tanure. **Fusões e aquisições no Brasil**: entendendo as razões dos sucessos e fracassos. São Paulo: Atlas, 2003.

BULGARELLI, Waldirio. **Fusões, incorporações e cisões de sociedades**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

CASTRO, Rodrigo R. Monteiro de; ARAGÃO, Leandro Santos de (Coord.). **Reorganização societária**. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Comentários à nova lei de falências e de recuperação de empresas**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

FRANCO, Vera Helena de Mello; SZTAJN, Rachel. **Falência e recuperação da empresa em crise**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

IMHOF, Cristiano. **Lei de falências e de recuperação de empresas e sua interpretação jurisprudencial**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2009.

LOCATELLI, Fernando. International trade and insolvency law. Is the UNCITRAL model law on cross-border insolvency an answer for Brazil? (an economic analysis of its benefits on international trade). **Revista do Ministério Público do RS**, Porto Alegre, n. 63, p. 197-232, 2009.

LODI, João Bosco. **Fusões e aquisições**: o cenário brasileiro. Rio de Janeiro: Campos, 1999.

MUNIZ, Ian. **Fusões e aquisições**: aspectos fiscais e societários. 2. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2011.

PEIXOTO, Daniel. **Responsabilidade tributária e os atos de formação, administração, reorganização e dissolução de sociedades**. São Paulo: Saraiva, 2012.

PRADO, Roberta; PEIXOTO, Daniel; SANTI, Eurico. **Estratégias societárias, planejamento tributário e sucessório**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

SADDI, Jairo (Org.). **Fusões e aquisições**: aspectos jurídicos e econômicos. São Paulo: IOB, 2002.

SOUZA JÚNIOR, Francisco Satiro de; PITOMBO, Antônio Sérgio A de Moraes. **Comentários à lei de recuperação de empresas e falência**. 2. ed. São Paulo: RT, 2007.

SPINELLI, Luís Felipe; TELLECHEA, Rodrigo; SCALZILLI, João Pedro. **Recuperação de empresas e falência**: teoria e prática na Lei 11.101/2005. São Paulo: Almedina, 2016.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Direito Internacional do Comércio

Ano/Semestre: 2017/1

Carga horária: 30 horas/aula

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112167

Professor: Marcelo De Nardi

EMENTA

Fundamentos teóricos e práticos do Direito Internacional do Comércio. O sistema econômico internacional: os atores; o comércio mundial; evolução. Fundamentos da política comercial no Brasil e no mundo; bases jurídicas e políticas do sistema multilateral de comércio; regionalismo. A nova *Lex Mercatoria*; transações de exportação e importação; agentes e sujeitos no comércio internacional; aspectos gerais dos negócios internacionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Fundamentos do Direito dos Negócios Internacionais
 - Direito, soberania, sistemas jurídicos, jurisdição, contrato, arbitragem
 - Abordagens contratual e regulatória
- Evolução histórica do Comércio Internacional
 - Comércio internacional e Estado nacional
 - Teorias do Comércio Internacional
- Atores no Comércio Internacional
 - Intervenientes públicos e privados
 - Papéis dos atores
 - Interações
- OMC e Mercosul
 - Organizações internacionais
 - Mercosul - estrutura, evolução, resultados
 - OMC - evolução, estrutura, resultados
 - Tratados que compõem a OMC
 - Multilateralismo vs. Regionalismo
 - Solução de controvérsias na OMC
- Comércio exterior no Brasil
 - Experiência brasileira
 - Exportação e importação, promoção comercial
 - Defesa comercial

- *Lex Mercatoria*
 - Agentes e sujeitos no Comércio Internacional
 - Contratos Internacionais

AVALIAÇÃO

- Contribuições acadêmicas em sala de aula - 30%
 - Contribuições durante os momentos de debate
 - Apresentação de seminário (conteúdo, forma, atitude)
- Artigo comentando o caso *A Guerra dos Pneus* - 70%
 - Modelo indicado pela Unisinos, com ajustes para formato específico
 - Extensão de 15 a 20 p.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AMARAL, Antonio Carlos Rodrigues do (Org.). **Direito do comércio internacional: aspectos fundamentais**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Lex, 2014.

SOUSA, José Meireles de. **Fundamentos do comércio internacional**. São Paulo: Saraiva, 2009.

TIMM, Luciano Benetti; RIBEIRO, Rafael Pellegrini; ESTRELLA, Angela T. Gobbi. **Direito do comércio internacional**. São Paulo: Ed. FGV, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAPUCIO, Camila. A OMC e o regionalismo do século XXI: estratégia de imposição de modelos normativos? **Revista de Direito Internacional**, Brasília, DF, v. 12, n. 2, p. 336-348, 2014. Disponível em: <<http://publicacoes.uniceub.br/index.php/rdi/article/view/3158/pdf>>. Acesso em: 10 ago.2016.

CAPUCIO, Camila. **Comércio internacional e integração regional: a OMC e o regionalismo**. Belo Horizonte: Arraes, 2012.

CRETELLA NETO, José. **Curso de direito internacional econômico**. São Paulo: Saraiva, 2012.

ENGELBERG, Esther. **Contratos internacionais do comércio**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LIMA-CAMPOS, Aluisio de (Org.). **Ensaio em comércio internacional**. São Paulo: Singular, 2005.

OLIVEIRA, Jaciel Rodrigues. **Principais teorias de comércio internacional**. [S.l.], 13 out. 2009. Disponível em: <<https://jacielfrodrigues.wordpress.com/2009/10/13/principais-teorias->

de-comercio-internacional/>. Acesso em: 16 set. 2016. Blog: A Gaia Política: o mundo nosso de cada dia

RAINELLI, Michel. **Comércio internacional**. Barueri: Manole, 2004.

SANCHEZ BADIN, Michelle Ratton. Atores não-estatais e sua relação com a Organização Mundial do Comércio. Alberto do Amaral Junior. (Org.). *Direito do Comércio Internacional*. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002, v. 1, p. 151-170. Disponível em: <<http://www.reocities.com/cesariopereira/mestrado/AtoresnaoestataiseaOMC.doc>>, acesso em: 17ago.2017.

SILVA, Elaini Cristina Gonzaga da. **Direito internacional em expansão**: encruzilhada entre comércio internacional, direitos humanos e meio ambiente. São Paulo: Saraiva, 2016.

VASCONCELOS, Raphael Carvalho de. **Teoria do estado e a unidade do direito internacional**: domesticando o rinoceronte. Belo Horizonte: Arraes, 2016.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Direito Regulatório

Ano/Semestre: 2017/1

Carga horária total: 30 horas/aula

Créditos: 2

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112159

Professor: Pedro Henrique Poli de Figueiredo

EMENTA

Serviços Públicos: conceito e classificação. Formas de prestação do serviço público: Outorga e delegação. A regulação do serviço público concedido. Lei das Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista (Lei 13.303/2016). As agências de regulação. Instrumentos de delegação: concessão, permissão e autorização. A relação jurídica na concessão. A Legislação de concessão: Lei 8987/95 e Lei 9074/95. Parcerias Público-Privadas – Conceitos. Instrumentos. Legislação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1 – Noções sobre Serviços Públicos.
- 2 – Formas de prestação do serviço público – outorga e delegação. Aspectos próprios da Federação brasileira relacionados à prestação do serviço público. A Regulação do serviço público concedido. As agências de Regulação.
- 3 – Regime das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista (Lei nº 13.303/2016).
- 3 – Concessão, permissão e autorização do serviço público. Evolução dos instrumentos de delegação no ordenamento jurídico brasileiro.
- 4 - Leis 8.987 e 9074, de 1995.
- 5 – Parcerias Público – Privadas – noções gerais – aspectos da Lei nº11.079/95.
- 6 – Serviços Públicos Regulados e sua legislação
 - 6.1 – transporte coletivo
 - 6.2 – Energia Elétrica

6.3 – Telecomunicações

6.4 – Estradas, portos e aeroportos

6.5 – outros serviços

AVALIAÇÃO

Seminários com análise de casos

Os alunos buscarão na jurisprudência dos Tribunais Judiciários, de Contas ou administrativos e apresentarão para discussão na data dos seminários aos colegas, bem como apresentarão uma resenha com a análise do caso discutido.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CUÉLLAR, LEILA. **Introdução às agências reguladoras brasileiras**. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

FIGUEIREDO, Pedro Henrique Poli de. **A regulação do serviço público concedido**. Porto Alegre: Síntese, 1999.

GUIMARÃES, Fernando Vernalha. **Concessão de serviço público**. São Paulo: Saraiva, 2012.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Teoria geral das concessões de serviço público**. São Paulo: Dialética, 2003.

LEHFELD, Lucas de Souza. **Controle das agências reguladoras**. São Paulo: Atlas, 2008.

ZANOTTA, Pedro; BRANCHER, Paulo. **Desafios atuais da regulação econômica e concorrência**. São Paulo: Atlas, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GUERRA, Sérgio (Org.). **Regulação no Brasil: uma visão multidisciplinar**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2014.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. 15. ed. São Paulo: Dialética, 2012.

PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres. **Comentários à lei de licitações e contratações da administração pública**. 8. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

SUNDFELD, Carlos Ari (Org.). **Parcerias público-privadas**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

WINDHOLZ, Eric; HODGE, Graeme A. Conceituando regulação social e econômica: implicações para agentes reguladores e para atividade regulatória atual. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 264, p. 13-56, 2013.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Direito e Processo Penal Econômico-Empresarial e o Papel dos *Compliance Programs*

Ano/Semestre: 2017/1

Carga horária: 30 horas/aula

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112157

Professor: Francis Rafael Beck

EMENTA

A intervenção Penal do Estado na regulação da atividade empresarial. A expansão do Direito Penal diante da sociedade globalizada. As condutas delitivas decorrentes de atividade econômicas e empresariais, seus reflexos na sociedade e no mercado. Os critérios para delimitação do risco na atividade empresarial. Os reflexos das normativas penais internacionais e sua repercussão no Direito Penal brasileiro. Investigação Criminal e Medidas Cautelares Pessoais e Patrimoniais no Direito Penal Econômico-Empresarial. Atos de investigação, atos de prova e a intimidade no processo penal econômico-empresarial. *Criminal Compliance*, gestão do risco pessoal e patrimonial, medidas assecuratórias e confisco. Direito premial e colaboração premiada. O *nemo tenetur se detegere*, a proporcionalidade, prova ilícita, *inevitable discovery*, *independent source* e os limites processuais e constitucionais do agir estatal no processo penal econômico e empresarial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- O Direito Penal contemporâneo – globalização, sociedade do risco e expansão do direito penal.
- Direito Penal Econômico e *white-collar crime*.
- Lei 8.137/1990 – Crimes contra a ordem tributária.
- Crimes contra a ordem previdenciária.
- Contrabando e descaminho.
- Lei 9.613/1998 – Crimes de lavagem de dinheiro

- Lei 8.137/1990 – Crimes contra a ordem econômica.
- Lei 7.492/1986 – Crimes contra o sistema financeiro nacional.
- Corrupção.
- Lei 12.850/2013 – Organizações criminosas.
- Investigação e processo penal no Direito Penal Econômico-Empresarial.
- Cooperação jurídica internacional.
- Acordo de leniência e colaboração premiada.
- *Compliance programs e criminal compliance.*

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada mediante participação em seminários, bem como elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BALTAZAR JUNIOR, José Paulo. **Crimes federais**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

COIMBRA, Marcelo de Aguiar; MANZI, Vanessa Alessi (Org.). **Manual de compliance: preservando a boa governança e a integridade das organizações**. São Paulo: Atlas, 2010.

COSTA, José Faria (Coord.). **Temas de direito penal econômico**. Coimbra: Coimbra, 2005.

KUHLEN, Lothar; MONTIEL, Juan Pablo; URBINA GIMENO (Org.). **Compliance y teoría del derecho penal**. Madri: Marcial Pons, 2013.

SALGADO, Daniel de Resende; QUEIROZ, Ronaldo Pinheiro (Org.). **A prova no enfrentamento à macrocriminalidade**. Salvador: Juspodivm, 2015.

SCHMIDT, Andrei Zenkner. **Direito penal econômico: parte geral**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús-María. **A expansão do direito penal: aspectos da política criminal nas sociedades pós-industriais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

TIEDEMANN, Klaus. **Derecho penal económico: introducción y parte general**. Lima: Grijley, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALLER, Germán. **Criminalidad del poder económico: ciência y práxis**. Buenos Aires: Bdef, 2011.

ANDRADE, Manuel da Costa. Métodos ocultos de investigação (Plädoyer para uma teoria geral). In: MONTE, Mário Ferreira (Org.). **Que futuro para o direito processual penal**. Coimbra: Coimbra, 2009. p. 525-551.

BOTTINO, Thiago; MALAN, Diogo. **Direito penal e economia**. Rio de Janeiro: Elsevier: FGV, 2012.

CALLEGARI, André Luís; WEBER, Ariel Barazzetti. **Lavagem de dinheiro**: São Paulo: Atlas, 2014.

CAVERO, Percy García. **Criminal compliance**. Lima: Palestra, 2014.

CERVINI, Raúl; ADRIASOLA, Gabriel. **Responsabilidade penal dos profissionais jurídicos**: os limites entre a prática jurídico-notarial lícita e a participação criminal. São Paulo: RT, 2013.

DE CARLI, Carla Veríssimo (Org.). **Lavagem de dinheiro**: prevenção e controle penal. 2. ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2013.

DÍEZ RIPOLLÉS, José Luis. **La política criminal en la encrucijada**. Buenos Aires: Bdef, 2007.

GÓMEZ-JARA DÍEZ, Carlos. **A responsabilidade penal da pessoa jurídica**: teoria do crimes para pessoas jurídicas. São Paulo: Atlas, 2015.

MANN, Kenneth. **Defendig white collar crime**: a portrait of attorneys at work. New Haven: Yale University Press, 1985.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús-María. **Libertad económica o fraudes punibles**. riesgos penalmente relevantes e irrelevantes en la actividad económico-empresarial. Madrid: Marcial Pons, 2003.

SUTHERLAND, Edwin H. **El delito de cuello blanco**. Madrid: La Piqueta, 1999.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Gestão da Inovação

Ano/Semestre: 2017/1

Carga horária: 30 horas/aula **Créditos:** 2 créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112155

Professor: Silvio Bitencourt da Silva

EMENTA

Processos de estratégia de inovação nas organizações. Os processos de inovação nas organizações e seu impacto na cultura das empresas. Conceitos e tipologias de inovação. Gestão da inovação e características das organizações inovadoras. Inovação sustentável, aberta e colaborativa. Sistemas regional e nacional de inovação. Dinâmica das redes de inovação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – ESTRUTURA DA ATIVIDADE ACADÊMICA

| Data | Assuntos | Leitura Principal |
|-------------------------------------------|-------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Aula01 (16/06) sexta-feira noite | Conceitos e reflexões sobre inovação | SALTER, A.; ALEXY, O. The Nature of Innovation. In: DOGDGSON, M.; GANN, D. M.; PHILLIPS, N. The Oxford Handbook of Innovation Management. Oxford, Oxford University Press. 2015. (Cap. 2) FAGERBERG, J. A Guide to the Literature. In: FAGERBERG, J.; MOWERY, D. C.; NELSON, R. R. The Oxford Handbook of Innovation. Oxford, Oxford University Press, 2006. |
| Aula02 (17/06) sábado manhã | Conhecimento e Inovação | NONAKA, I; KODAMA, M; HIROSE, A; KOHLBACHER, F. Dynamic fractal organizations for promoting knowledge-based transformation – A new paradigm for organizational theory. <i>European Management Journal</i> , 2013. COHEN, W. C.; LEVINTHAL, D.A. Absorptive capacity: A new perspective on learning and innovation, <i>Administrative Science Quarterly</i> . Volume 35, Issue 1 pg. 128-152, 1990. |
| Aula03 (23/06) sexta-feira tarde | Gestão da Inovação | COOPER, R. Perspective: The Stage-Gates Idea-to-Launch Process — Update, What’s New, and NexGen Systems. <i>The Journal of product innovation management</i> . V. 25, p. 213–232, 2008. BARCZAK, G.; KAHN, K. Identifying new product development best practice. <i>Business Horizons</i> , V. 55, 293—305, 2012. |
| Aula04 (30/06) sexta- | Sistemas de inovação: nacional, regional, | MALERBA, F.; ADAMS, P. Sectoral Systems of Innovation. In: DOGDGSON, M.; GANN, D. M.; PHILLIPS, N. The Oxford Handbook of Innovation Management. Oxford, Oxford University Press. 2015. (Cap. 10) |

| | | |
|-----------------------------------|------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| feira tarde | setorial | AUTIO, E.; THOMAS, L. D. W. Innovation Ecosystems: Implications for Innovation Management? In: DOGDGSON, M.; GANN, D. M.; PHILLIPS, N. <i>The Oxford Handbook of Innovation Management</i> . Oxford, Oxford University Press. 2015. (Cap. 11). |
| Aula05 (30/06) sexta-feira noite | <i>Open Innovation e Redes de inovação</i> | CHESBROUGH, Henry. The era of open innovation . MIT Sloan Management Review, v.44, n.3, p.33-41, 2003. ALEXY, O.; DAHLANDER, L. Managing Open Innovation. In: DOGDGSON, M.; GANN, D. M.; PHILLIPS, N. The Oxford Handbook of Innovation Management . Oxford, Oxford University Press. 2015. (Cap. 22) |
| Aula06 (07/07) sexta-feira tarde | <i>Open Business Model, Collaboration and Innovation Brokers</i> | CHESBROUGH, Henry. Why Companies Should Have Open Business Models . MIT Sloan Management Review, v.48, 2007. DOGSON, M. Collaboration and Innovation Management. In: DOGDGSON, M.; GANN, D. M.; PHILLIPS, N. The Oxford Handbook of Innovation Management . Oxford, Oxford University Press. 2015. (Cap. 23) |
| Aula07 (07/107) sexta-feira noite | Co-criação | VON HIPPEL, E.; OGAWA, S.; DE JONG, J. The Age of the Consumer-Innovator . MIT Sloan Management Review, Fall, 2011. PRAHALAD, C. K.; RAMASWAMY, V. Co-Creation Experiences: The Next Practice in Value Creation . Journal of Interactive Marketing, v. 18, n.3, p.5-14, 2004. |
| Aula08 (08/07) sábado manhã | Inovação Frugal | ZESCHKY, M. B.; WINTERHALTER, S.; GASSMANN, O. From Cost to Frugal And Reverse Innovation: Mapping the Field and Implications for Global Competitiveness . Research Technology Management, 57(4). 2014. BASU, R. R.; BANERJEE, P. M.; SWEENEY, E. G. Frugal Innovation: Core Competencies to Address Global Sustainability , Journal of Management for Global Sustainability, 2, 63-82. 2013. |
| Aula09 (14/07) sexta-feira tarde | Inovação Social | POL, E.; VILLE, S. Social innovation: buzz word or enduring term? . <i>The Journal of Socio-Economics</i> , 38 (6), 878-885, 2009. VAN DER HAVE, R. P.; RUBALCABA, L. Social innovation research: An emerging area of innovation studies? , In Press, Corrected Proof, 2016. |
| Aula10 (14/07) sexta-feira noite | Avaliação final e entrega de trabalhos | |

Forma de Apuração dos Conceitos

Participação em Aula, Apresentação e Discussão dos Textos 30%

Trabalho em Grupo – Análise de Caso Prático 30%

Avaliação Individual 40%

Instruções sobre a leitura, apresentação e discussão dos textos: A cada aula haverá textos relacionados ao tema. A leitura desses textos é obrigatória para todos os alunos, que serão convidados, no decorrer da aula, para apresentar sua apreciação sobre eles. Os alunos serão escolhidos aleatoriamente a cada aula. Deverão ser elaboradas cinco resenhas críticas com a articulação dos diversos pontos de vista dos textos indicados. A opção será dos alunos em relação aos assuntos de sua maior afinidade.

Trabalho em Grupo: Tem como objetivo compreender o potencial impacto dos assuntos tratados sobre o Direito. A partir da elaboração de um diagnóstico a ser realizado em uma organização, elaborar um relato de implicações jurídicas e recomendações para sua mitigação. A organização será definida em conjunto com os professores da unidade.

Avaliação Final Individual:

Avaliação escrita.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Inovação e Marcos Regulatórios Fiscais

Ano/Semestre: 2016/1

Carga horária: 30 horas/aula

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112160

Professor: Dr. Silvio Bitencourt da Silva e Dr. Marciano Buffon

EMENTA

A disciplina terá por temática a tributação e sua relação com áreas de inovação tecnológica e novos setores da Economia. Temas como tributação ambiental, comércio eletrônico, downloads e nuvens, Extrafiscalidade e benefícios fiscais serão estudados à luz da teoria jurídica e da Análise Econômica do Direito.

PLANO DE ENSINO E REFERÊNCIAS

| Data | Assuntos | Leitura Principal |
|-----------------------------------------|-------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Aula01 28/04 sexta-feira tarde | Direito, Tecnologia e Inovação | HOFFMANN-RIEM, W. Direito, tecnologia e inovação . In: MENDES, G.F.; SARLET, I.W.; COELHO, A.Z.P (coordenadores). Direito, Inovação e Tecnologia. São Paulo, Saraiva, 2015 (Série Direito, Inovação e Tecnologia; v. 1). POSNER, R.A. A teoria econômica do direito: de Bentham a Becker . In: POSNER, R.A. Fronteiras da teoria do direito. São Paulo, Editora WMF Martins Fontes, 2011. |
| Aula02 28/04 sexta-feira noite | Inovação e Marcos Regulatórios Fiscais | BUFFON, Marciano; JACOB, Lilian Ramos. Os incentivos fiscais no ramo tecnológico como instrumento do desenvolvimento nacional. Direito e Desenvolvimento , v. 6, n. 2, p. 121-144, 2016. LAKS, Larissa Rodrigues. Extrafiscalidade e incentivos à inovação tecnológica. Revista do Direito Público , v. 11, n. 2, p. 230-259, 2016. AVELLAR, Ana Paula Macedo de; BOTELHO, Marisa dos Reis Azevedo. Efeitos das políticas de inovação nos gastos com atividades inovativas das pequenas empresas brasileiras. Estudos Econômicos , v. 46, n. 3, p. 609-642, 2016. PSCHEIDT, Kiristian Rodrigo; PINTO, Felipe Chiarello de Souza. Políticas macroeconômicas: Erros e acertos de uma política extrativa. Revista Brasileira de Estudos Políticos , v. 112, p. 231-269, 2016. |

| | | |
|-----------------------------------------|------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Aula03 29/04 sábado manhã | Conceitos e reflexões sobre inovação | BRULAND, K.; MOWERY, D. C. Innovation through Time. Science, Technology, and Innovation Policy. In: FAGERBERG, J.; MOWERY, D. C.; NELSON, R. R. The Oxford Handbook of Innovation. Oxford, Oxford University Press, 2006. - Manual de Oslo - PINTEC |
| Aula04 05/05 sexta-feira tarde | Política de Inovação | LUNDEVALL, B.; BORRÁS, S. Science, Technology, and Innovation Policy. In: FAGERBERG, J.; MOWERY, D. C.; NELSON, R. R. The Oxford Handbook of Innovation. Oxford, Oxford University Press, 2006. FAGERBERG, J. Innovation Policy: Rationales, Lessons and Challenges. Journal of Economic Surveys , 2016. - Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2016-2019 |
| Aula05 05/05 sexta-feira noite | Incentivos Governamentais à Inovação no Brasil | - Lei de Inovação - Lei do Bem * Relatório da lei do bem 2014 |
| Aula06 06/05 sábado manhã | Incentivos Governamentais à Inovação no Brasil | - Lei de Informática - Relatório estatístico RDA 2014 - PADIS - PADTV |
| Aula07 12/05 sexta-feira tarde | Incentivos Governamentais à Inovação no Brasil | - Lei Rouanet da Pesquisa - Subvenção Econômica |
| Aula08 12/05 sexta-feira noite | Incentivos Governamentais à Inovação no Brasil | - Empréstimos FINEP - Funtec BNDES |
| Aula09 13/05 sábado manhã | Incentivos Governamentais à Inovação no Brasil | - Parcerias com Centros de P,D&I e outras entidades de apoio e fomento a inovação no Brasil |
| Aula10 26/05 sexta-feira tarde | Incentivos Governamentais à Inovação no Brasil | Outros incentivos pertinentes. |

Forma de Apuração dos Conceitos

Participação em Aula, Apresentação e Discussão dos Textos 50%

Seminários 50%

Instruções sobre a leitura, apresentação e discussão dos textos: A cada aula haverá textos relacionados ao tema. A leitura desses textos é obrigatória para todos os alunos, que serão convidados, no decorrer da aula, para apresentar sua apreciação sobre eles. Os alunos serão escolhidos aleatoriamente a cada aula. Os incentivos governamentais à inovação no Brasil serão apresentados por meio de seminários administrados pelos alunos conforme distribuição prévia.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Mercado Financeiro e de Capitais e Economia Internacional

Ano/Semestre: 2017/1

Carga horária: 30 horas/aula

Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112161

Professores: Jairo Laser Procianoy

EMENTA

Análise dos aspectos jurídicos relativos ao mercado financeiro e de capitais, propiciando um maior conhecimento sobre o ambiente no qual se situa a empresa em suas relações internas e externas, com vistas a desenvolver as competências necessárias para saber atuar nos âmbitos consultivo e contencioso da advocacia empresarial e atividades afins. Teorias do Comércio Internacional: das vantagens absolutas de Adam Smith à nova Teoria do Comércio Internacional. Teoria e Prática da Política Comercial. O Multilateralismo e a Estrutura de Comércio administrada pela Organização Mundial de Comércio (OMC). Blocos Econômicos: teoria, mensuração e evidência. Balanço de Pagamentos e Câmbio. O Setor Externo da Economia Brasileira.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Mercado financeiro e de capitais
 - Fundamentos. Sistema Financeiro Nacional
 - Mercados monetário, de crédito, de capitais, e cambial
- Multilateralismo e Comércio Internacional
 - Teorias de Comércio Internacional
 - Balanço de Pagamentos
 - Blocos econômicos, Mercosul
 - Organização Mundial do Comércio - OMC

AVALIAÇÃO

20% Participação em Sala de Aula.

80% Estudos de Caso / Apresentação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KERR, Roberto. **Mercado financeiro e de capitais**. São Paulo: Pearson, 2011.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice; MELITZ, Marc J. **Economia internacional**. 10. ed. São Paulo: Pearson, 2015.

YAZBEK, Otávio. **Regulação do mercado financeiro e de capitais**. São Paulo: Elsevier, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

APPLEYARD, D.; FIELD, A.; COBB, S. **Economia internacional**. Porto Alegre: AMGH, 2010.

BACHA, Edmar. **Estado da economia mundial desafios e respostas: seminário em homenagem a Pedro Malan**. Rio de Janeiro: LTC. 2015.

EIZIRIK, Nelson et al. **Mercado de capitais: regime jurídico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **Balance of payments and international investment position manual**. Washington, 2009.

LOSS, Louis; SELIGMAN, Joel. **Fundamentals of securities regulation**. 5. ed. New York: Aspen Publishers, 2004.

MOSQUERA, Roberto Quiroga (Coord.). **O direito tributário e o mercado financeiro e de capitais**. São Paulo: Dialética, 2010.

PROENÇA, José Marcelo Martins. **Insider trading: regime jurídico do uso de informações privilegiadas no mercado de capitais**. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

SZTAJN, Rachel. **Sistema financeiro: entre estabilidade e risco**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

SZTAJN, Rachel; FRANCO, Vera Helena de Mello. **Manual de direito comercial e mercado de valores mobiliários**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Tópicos Especiais I - Arbitragem Internacional

Ano/Semestre: 2017/1

Carga horária: 30 horas/aula

Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112161

Professores: Francesco Zappalá Sastoque e Luciano Benetti Timm

EMENTA

A arbitragem como uma das formas de resolução de conflitos; a arbitragem nacional e internacional: diferenças, características e impactos; Ordem Pública como um conceito fundamental para a estrutura da arbitragem internacional; as fontes da arbitragem internacional; *Lex arbitri* e a deslocalização da arbitragem internacional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- História da Arbitragem, Noção da Arbitragem e Dimensions International e Comercial;
- Arbitralidade, Ordem Pública Internacional e Due Process;
- Fontes de Arbitragem;
- Lex Arbitri;
- Deslocalização de Arbitragem Internacional.

AVALIAÇÃO

Frequência e Participação em Sala de Aula.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GAILLARD, Emmanuel et al. **Aspectos filosóficos del derecho del arbitraje internacional**. [S.l.]: Pontificia Universidad Javeriana, 2012.

ROZAS, José Carlos Fernández; CARLOS, José. El arbitraje comercial internacional entre la autonomía, la anacionalidad y la deslocalización. **Revista Española de Derecho Internacional**, [S.l.]: v. 57, p. 605-637, 2005.

SUESCÚN, Jorge. **Derecho privado**: estudios de derecho civil y comercial contemporáneo, tomo II. Bogotá: Legis, 2003.

ZAPPALÁ, Francesco. Auténtico orden público internacional desde la óptica del arbitraje internacional. **Revista de Derecho Público**, Colombia, n. 34, p. 43-67, 2015.

ZAPPALÁ, Francesco. Memória histórica da arbitragem. **Meritum, revista de Direito da Universidade FUMEC**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 101-132, 2011.

ZAPPALÁ, Francesco. Normatividad procesal aplicable en el arbitraje internacional. **Criterio Jurídico**, [S.l.], v. 13, n. 1, p. 121-140, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FERNÁNDEZ GIMENO, José Pascual. **Abogacia y derecho**: gestion de conflictos jurídicos, iv parte: solucion de conflictos, litigacion y ética. La Habana: ONBC, 2012.

RODRÍGUEZ, Jinyola B. **Tendencias actuales del derecho privado**: una mirada desde la investigacion. Bogotá: Asociación Colombiana de Facultades de Derecho, 2011.

VIGORITI, Vincenzo. Arbitrato internazionale. problemi pratici. **Rivista dell' arbitrato**, [S.l.]: n. 4, p. 901, 2013.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Tópicos Especiais II - Direito Societário e o novo CPC

Ano/Semestre: 2017/1

Carga horária total: 30 horas/aula

Créditos: 2 cr

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112170_T01

Professores: Darci Guimarães Ribeiro e Juliano Puchalski

EMENTA

Análise dos principais conflitos que podem surgir no âmbito do direito societário, envolvendo a sociedade, os sócios, os administradores e terceiros, e as respectivas normas, ações e incidentes processuais aplicáveis, de acordo com o Novo Código de Processo Civil. Serão estudadas as normas de direito material e processual constante do Código Civil, da Lei n. 6.404/76 e do novo Código de Processo Civil, relativas às sociedades limitada e anônima, respectivamente, que quando não observadas poderão desencadear litígios, sendo, portanto, necessária sua eficiente composição. O entendimento da doutrina e da jurisprudência com relação a tais temas, sob a ótica do direito material e processual, constituirá também objeto de estudo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Princípios do novo CPC aplicado às ações societárias.

Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica.

Ação de Exigir Contas.

Ação de Dissolução Parcial de Sociedade.

Ação de Responsabilidade Civil do Administrador.

Ação Anulatória de Assembleia Geral ou Reunião.

OBJETIVOS

Compreender o conteúdo das normas de direito material e processual aplicáveis aos conflitos societários envolvendo as sociedades anônima e limitada. Identificar os entendimentos da doutrina e da jurisprudência relacionados a tais temas, com a finalidade de averiguar as principais divergências e soluções predominantes.

METODOLOGIA

No desenvolvimento da atividade acadêmica, poderão ser utilizadas as seguintes metodologias: aulas dialogadas e expositivas; seminários; estudo e discussão de casos; provas orais e/ou escritas; leitura, fichamento e análise de textos; produção textual; trabalhos coletivos e individuais; exibição e discussão de obras artístico-culturais.

AVALIAÇÃO

As notas conferidas na atividade observarão a seguinte composição: 1. participação qualificada nos encontros, com apresentação oral de leituras prévias efetivadas e entrega ao final do respectivo fichamento das leituras ao professor (30% da nota final); 2. entrega do trabalho final (70% da nota final).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ADAMEK, Marcelo Vieira von. **Responsabilidade dos administradores de S/A e as ações correlatas**. São Paulo: Saraiva, 2009.

ADAMEK, Marcelo Vieira Von; FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes. **Da ação de dissolução parcial de sociedade**: comentários breves ao CPC/2015. São Paulo: Malheiros, 2016.

ASSIS, Araken de. **Processo civil brasileiro**. São Paulo: RT, 2015. v. 1.

CRUZ, Diogo Merten. **Exclusão extrajudicial de sócio na sociedade limitada**: requisitos e procedimentos do artigo 1.085 do Código Civil. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2016.

EIZIRIK, Nelson. **A lei das S/A comentada**. 2. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2015. v. 2-3.

FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes; **Invalidez das deliberações em assembleias de S/A**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

JUNIOR, Edgard Katzwinkel; BECUE, Sabrina Maria Fadel. Dissolução parcial de sociedade anônima. In: KUYVEN, Luiz Fernando Martins (Coord.). **Temas essenciais de direito empresarial**: estudos em homenagem a Modesto Carvalhosa. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 488-505.

LUCENA, José Waldecy. **Das sociedades anônimas**: comentários à lei (arts. 189 a 300). Rio de Janeiro: Renovar, 2012. v. 3.

LUCON, Paulo Henrique dos Santos. Dissolução parcial e apuração de haveres. In: KUYVEN, Luiz Fernando Martins (Coord.). **Temas essenciais de direito empresarial**: estudos em homenagem a Modesto Carvalhosa. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 980-990.

PEDREIRA, Luiz Eduardo Bulhões. Direito de Retirada. In: FILHO, Alfredo Lamy; PEDREIRA, José Luiz Bulhões (Coord.). **Direito das companhias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017. v. 1. p. 326/376.

RIBEIRO, Darci G. Comentários aos arts. 5º, 6º e 7º do CPC. In: BUENO, Cassio Scarpinella. **Comentários ao código de processo civil**. São Paulo: Saraiva, 2017. v. 1. p. 99-128.

RIBEIRO, Darci G.; JOBIM, Marco F. **Desvendando o novo CPC**. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2017.

ROSMAN, Luiz Alberto Colonna; ARIEIRA-BULHÕES, Bernardo A. Prazos de prescrição. In: FILHO, Alfredo Lamy; PEDREIRA, José Luiz Bulhões. **Direito das companhias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017. v. 2. p. 2093-2098.

SALAMA, Bruno Meyerhof. **Fim da responsabilidade limitada no Brasil**: história, direito e economia. São Paulo: Malheiros, 2014.

TARUFFO, Michele. **Ensaio sobre o processo civil**: escritos sobre processo e justiça civil. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BORBA, José Edwaldo Tavares. **Direito societário**. 13. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2016.

ROSMAN, Luiz Alberto Colonna; ARIEIRA-BULHÕES, Bernardo A. Prazos de prescrição. In: FILHO, Alfredo Lamy; PEDREIRA, José Luiz Bulhões (Coord.). **Direito das companhias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017. v. 2. p. 2093/2098.